

# O Regimento de Polícia Montada 9 de Julho na Revolução Constitucionalista de 1932

Fernando de Medeiros Vasconcelos<sup>a</sup>

Resumo: No princípio da década de 1930, o Regimento de Cavalaria da Força Pública de São Paulo já estava consolidado como uma tropa de elite da corporação. Vislumbrando suas possibilidades de atuação, o coronel Euclides Figueiredo, elaborador do planejamento operacional empregado no movimento civil-militar de 1932, atribuiu, desde o primeiro momento, importantes missões para a unidade. O presente artigo, escrito por um integrante do Regimento do início deste século XXI, tem por objetivo analisar o papel desempenhado pela cavalaria paulista durante as jornadas de combate iniciadas em 9 de julho de 1932.

Palavras-chave: Revolução de 1932, cavalaria, Força Pública de São Paulo.

## INTRODUÇÃO

*Também notamos que os Regimentos e Esquadrões que rechaçamos paravam a retaguarda de sua linha, organizavam-se voltando a concentrar-se com os seus demais. Ficamos admirados em encontrar uma tropa ao qual não estávamos acostumados, pois, depois que contamos isso aos outros, descobrimos que acabávamos de enfrentar os Paulistas, que constituíam a melhor Cavalaria inimiga.*

(Trecho da carta do General Avelar, Comandante-em-Chefe do Exército Argentino em 1827, durante a Guerra contra o Brasil)

Não é de se estranhar que o espírito guerreiro sempre acompanhou os paulistas desde o Brasil Colônia até os dias atuais. Com a Criação da Milícia Bandeirante em 1831, trinta homens foram destacados para comporem uma Seção de Cavalaria, e, posteriormente, esses cavalarianos evoluíram em

---

<sup>a</sup> Capitão da Polícia Militar do Estado de São Paulo.



conjunto com a instituição, chegando, em 1892, ao status de Regimento.

Porém, em 1906, com a vinda da Missão Militar Francesa, é que a Cavalaria teve a sua maior evolução profissional se tornando uma verdadeira máquina militar de Segurança Pública e bélica. Não é a toa que Rui Barbosa, quando em visita às terras de Piratininga, disse: “A mais perfeita tropa do país”, realmente reconhecendo o nível de profissionalismo e disciplina da Força.

Em 23 de maio de 1932, assume o Comando Geral da Força Pública do Estado de São Paulo o tenente-coronel Júlio Marcondes Salgado, que dois dias depois é promovido ao posto de coronel. Militar que havia servido de Soldado a tenente-coronel na Cavalaria da Força, tratou logo de intervir no Regimento, retirando os Oficiais “miguelistas” que seguiam o general Miguel Costa, de suas funções.

Com a eclosão da Guerra Paulista em 9 de julho de 1932, toda a Força Pública do Estado de São

Paulo (FPSP), mais de 10.000 homens, se mobilizou para servir à causa paulista, e, com isso, o Regimento de Cavalaria da Força, Unidade estratégica, teve seu Comandante, o tenente-coronel Daniel Costa, irmão do general Miguel Costa, afastado de sua função, assumindo o comando o então tenente-coronel Azarias da Silva.

O Regimento teve sua tropa dividida para lutar em várias frentes no interior do Estado e ainda continuou com parte do seu efetivo para defender a cidade de São Paulo. Cabe ressaltar que o objetivo das tropas federais era chegar até a capital paulista e ocupá-la.

Em 8 de julho, véspera da deflagração do movimento, o Regimento entra em prontidão rigorosa a partir das 20 horas. No dia 9, logo pela manhã, a primeira missão da cavalaria será a tomada do Destacamento de Aviação Militar do Exército Brasileiro, no Campo de Marte, com a captura das instalações físicas e das aeronaves, bem como a detenção do tenente Casimiro Montenegro, comandante da unidade e futuro marechal-do-ar da



Força Aérea Brasileira, e demais militares que não aderiram à causa. Tal Destacamento pertencera a FPSP e havia sido tomado pelo Governo Federal após a Revolução de 1930, durante a intervenção de Getúlio Vargas no Estado.

do Amaral, que, posteriormente, atuaria no Setor Sul. Em 30 de julho, devido ao aumento da intensidade dos combates, é enviada para a cidade de Cruzeiro a tropa do Esquadrão de Comando e Serviço, com 12 homens, o 1º Esqua-



Cavalaria da FPSP desfila pelas ruas da capital paulista

No dia 18 de julho é enviada para Itararé, no Setor Sul, a tropa do 3º Esquadrão, com um contingente de 130 homens com 115 cavalos; em 23 de julho envia para operar na região de Ribeirão Preto um Destacamento com 125 homens comandados pelo capitão Sebastião

drão, com 92 homens, comandados pelo capitão Manoel da Rocha Marques, e o 3º Esquadrão, com 69 homens, comandados pelo capitão José Camili Gomes.

Todo o efetivo, que estava em Cruzeiro teve um reforço de 15 homens, que chegaram no dia 1º de



agosto. No dia 16 segue para o município de Queluz o 2º tenente João Oliveira de Mello, liderando 45 homens.

Em 28 de julho parte para o Setor Sul o Regimento de Cavalaria do Rio Pardo formado por 326 homens, comandados pelo capitão Alfredo Feijó, tal unidade era composta por homens do Regimento de Cavalaria e por jovens voluntários da região de Ribeirão Preto, todos montados em mangas-largas doados pela sociedade daquela localidade. Tal unidade participou das Honras fúnebres prestadas ao coronel Júlio Marcondes Salgado, que havia falecido devido a ferimentos causados durante uma demonstração de um morteiro e que seria promovido a general *post mortem*. O “Rio Pardo” partiu no dia seguinte ao enterro, às 8 horas, da estação Barra Funda, em um trem militar que os levou até Itapetininga, onde pernoveram, dando início às operações de guerra no dia seguinte.

No Setor Sul o Regimento entrou em combate com o objetivo de evitar o avanço das tropas que vi-

nham do Sul do país, suas ações se concentraram na região que compreende os municípios de Itapetininga, Itararé e Buri, onde houve uma das mais desesperadas batalhas do conflito, com um grande número de mortos e prisioneiros. As tropas federais foram rechaçadas pelos paulistas graças à atuação da Cavalaria em Capão Bonito, Faxina (hoje Itapeva) e Itapira.

Durante o conflito, a Cavalaria atuou em vários tipos de missões, como reconhecimento, contenção (nesse tipo de missão foram utilizadas suas unidades de metralhadoras), patrulhamento de estradas, destruição de pontes, ações de choque durante as batalhas e, principalmente, apoio aos batalhões de infantaria. Houve um episódio no qual o capitão Alfredo Feijó, quando em deslocamento com sua tropa, viu um grande contingente de tropas federais iniciando a travessia de uma ponte, de imediato ordenou ao seu Pelotão de Metralhadoras, que eram conduzidas por muares, que apeassem e armassem tais apetrechos, em seguida ordenou ao pelotão que abrisse fogo. Com tal



manobra, conseguiu ganhar tempo e atrasar o avanço do inimigo.

Atuando em movimento, não ficando aferradas ao terreno, as unidades a cavalo eram constantemente alvos dos aviões inimigos, conhecidos como “vermelhinhos”, que, ao verem a cavalaria se deslocando, abriam fogo com metralhadoras ou lançavam bombas incendiárias.

Por principio, a Cavalaria não marcha durante a noite e, no teatro de operações, era muito comum os cavalarios dormirem equipados ao relento, onde somente o equipamento dos cavalos era afrouxado para evitar lesões. Ao longo da campanha, muitos cavalos morreram ou foram deixados para trás nas marchas, devido algum tipo de lesão, debilidade ou doença. Tais solípedes eram substituídos por outros, requisitados junto às fazendas locais. Um dado interessante é que os cavalos que morriam, foram enterrados como manda a tradição militar, e não deixados para servir de alimentos aos abutres.

Durante as marchas, uma das manobras mais difícil de ser reali-

zada é a transposição de cursos d’água, e houve um momento em que a tropa precisou passar para outra margem do rio Paranapanema. Os animais foram desequipados e homens e cavalos fizeram a travessia a nado, todo o equipamento foi transportado em barcos improvisados. Durante a travessia houve a perda de solípedes e soldados, que morreram afogados devidos ao grande volume de água daquele rio.

Em toda a campanha, a Cavalaria seguiu a risca quatro verbos: zelar, marchar, vigiar e lutar.

Em 2 de outubro o armistício é assinado na cidade de Cruzeiro, pondo fim a Guerra paulista que causara tantas mortes de brasileiros. No dia 5, do mesmo mês, inicia o regresso das tropas destacadas ao Regimento.

Durante a epopeia, dois oficiais do Regimento chegaram a comandar unidades de infantaria: o capitão Cândido Bravo, que comandou o Batalhão “14 de julho”, formado por voluntários da Escola Politécnica e do Mackenzie, e o capitão Arlindo de Oliveira que,



promovido a major por telegrama, assumiu o Setor de Fundão, dentro do Setor Sul, após sua promoção. Sua Unidade ficou conhecida como “Batalhão Arlindo”. Durante uma missão de observação, ele foi capturado por tropas gaúchas, vindo a ser solto depois do conflito.

Após a guerra o “Eterno Regimento”, da rua Jorge Miranda, voltou à sua missão principal, de garantir a ordem e tranquilidade pública em suas atividades de Polícia Montada. No decorrer da campanha demonstrou ser uma unidade diferenciada, possuidora das mais belas tradições militares e de homens abnegados com grande espírito de corpo, que, com coragem, enfrentaram o inimigo de forma aguerrida e honrosa, cumprindo com seu dever, pondo suas vidas em holocausto por uma sociedade mais justa e livre de uma ditadura.

Devido a sua heroica participação durante a Revolução Constitucionalista, o Exmo. Governador do Estado de São Paulo, Dr. Jânio Quadros, de 1955 a 1959, determinou que a Cavalaria da Força anexasse a data “9 de julho”, dia do

início da Revolução, a seu nome, passando a se chamar Regimento de Cavalaria “9 de julho”, que, em 1970, com a reestruturação da instituição, mudou o seu nome para o atual: Regimento de Polícia Montada “9 de julho”.

## **BIBLIOGRAFIA**

ANDRIOLI, C. R. *Regimento de Cavalaria "9 de julho"*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

BORGES, V. P. *Memória paulista*. São Paulo: EdUSP, 1997.

CAMARA, E. A. *A Força Pública de São Paulo: esboço histórico*. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista, 1931.

MELO, C. E. *Pro Brasilia*. São Paulo: AFAM, 2010.

NETO, C. E. *Raízes do militarismo paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1982.

RODRIGUES, J. W. *Tropas paulistas de outrora*. São Paulo: Governo de Estado de São Paulo, 1978.